

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Fevereiro/2017

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO**Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário – Área Apoio Especializado
Especialidade Contabilidade**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'F06', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVAConhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Desenvolvimento sustentável preserva os recursos para o futuro.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, impressos não permitidos ou máquina calculadora ou similar.
- Duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Português

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 5.

- 1 *Há um traço fundamental na história indígena do rio Amazonas, cuja percepção é necessária ao entendimento do passado e do presente da região. É um fenômeno demográfico e cultural de longa duração que acompanha os primeiros duzentos anos da ocupação europeia e que irá resultar, em meados do século XVIII, numa realidade etnográfica substancialmente distinta da que havia sido observada pelos primeiros exploradores quinhentistas.*
- 5 *Trata-se do desaparecimento das nações que viviam ao longo do rio Amazonas e da sua substituição por novos contingentes indígenas que foram sendo descidos dos afluentes para a calha amazônica pelos agentes da colonização. Desaparecimento, em sentido étnico, é o termo adequado, e ver-se-á mais adiante de que forma ele se deu. Neste processo de despovoamento maciço e repovoamento parcial, dois aspectos devem ser assinalados: a) o desaparecimento dos padrões adaptativos (demográficos, organizacionais e ergológicos) da população original, que não chegam a se reconstituir, a não ser parcialmente, quando do povoamento induzido pelo colonizador; neste segundo momento ocorre b) a formação de um estrato que chamaremos neo-indígena, inserido na sociedade colonial e marcado pelo desenraizamento e pela aculturação intertribal e interétnica.*

Obs.: ergológico: relativo à ergologia, ramo da etnologia que estuda a cultura material.

(PORRO, Antônio. História indígena do alto e médio Amazonas: séculos XVI a XVIII. In: CUNHA, Manuela C. (org). **História dos índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo, Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1998, p. 175)

1. Entende-se corretamente do trecho acima transcrito:

- (A) Os exploradores quinhentistas e dos duzentos anos de vivência na região amazônica não foram competentes ao pesquisar o passado indígena, o que determinou graves equívocos na ocupação europeia.
- (B) A existência de um fenômeno demográfico e cultural que se desenvolveu de especial modo estendido, no tempo e no espaço, provocou mudanças relevantes no processo inicial de ocupação europeia na Amazônia.
- (C) A migração de certas nações indígenas que habitavam ao longo do rio Amazonas, em busca de melhores condições de sobrevivência, foi concomitante à migração de outros grupos para esse mesmo espaço.
- (D) Em processo determinado pelo decurso da colonização, desapareceram nações indígenas que viviam ao longo do rio Amazonas e outros grupos de autóctones foram formados, em ato e efeito de aculturação.
- (E) O desaparecimento, em sentido étnico, caracteriza-se por despovoamento em larga escala e sucessivo e imediato repovoamento, este em patente escala bem menor do que se teve no povoamento primeiro.

2. Infere-se corretamente do texto:

- (A) É traço essencial e determinante na história de um povo aquele que ilumina não só o seu passado, mas também o seu presente.
- (B) A história de populações autóctones de um país é constituída de poucos fatos de relevo, o que exige percepção apurada daquele que busca entender o passado anterior a um processo colonizador.
- (C) Da vivência de duzentos anos de um determinado povo procede naturalmente uma realidade que implica desaparecimento e surgimento de etnias.
- (D) Povos que vivem nas margens de rios são predestinados a migrar, quer em sua totalidade, quer de modo parcial e paulatino.
- (E) Processos de colonização introduzem padrões de adaptação – no que se refere à distribuição demográfica, ao modo de organização social, ao modo de criar objetos –, porque modelos de comportamento inexistem em grupos autóctones.

3. Considerada a norma-padrão da língua, é adequado o que se afirma em:

- (A) (linhas 1 e 2) Redação alternativa do segmento *cuja percepção é necessária ao entendimento do passado e do presente da região*, que não prejudique nem seu sentido no contexto original, nem a correção gramatical, poderia ser “percepção da qual depende necessariamente o entendimento do passado e do presente da região”.
- (B) (linha 3) No contexto em que está empregada, a forma verbal *irá resultar* não é adequada, pois a menção a *meados do século XVIII* exigiria o uso de “iria resultar”.
- (C) (linha 4) A substituição da forma *havia sido observada* por “teria sido observada” não prejudica o sentido original da frase.
- (D) (linha 7) A colocação do pronome oblíquo observada em *ver-se-á* é correta; essa mesóclise é restrita ao emprego do futuro do presente.
- (E) (linha 9) O emprego do verbo auxiliar destacado em *que não chegam a se reconstituir* indica que haveria a possibilidade de a ação denotada pelo verbo principal ter sido concluída.



4. (parágrafo 2) e *ver-se-á mais adiante de que forma ele se deu.*

Em conformidade com a norma-padrão da língua, substitui-se o segmento destacado por:

- (A) o modo que ele ocorreu.
- (B) a feição que ele adquiriu.
- (C) os traços de que ele revestiu.
- (D) o perfil adotado a ele.
- (E) o método porque ele se processou.

5. Palavras utilizadas no texto motivaram as frases que seguem, que, entretanto, devem ser analisadas independentemente dele. A que se apresenta em conformidade com as normas de concordância é:

- (A) Certamente podem ter havido entre os leitores-pesquisadores muitas dúvidas sobre a magnitude do citado desaparecimento de nações indígenas que viviam ao longo do rio Amazonas.
- (B) Fenômenos demográficos e culturais, em qualquer época da história da humanidade, sempre pôde produzir efeitos insuspeitados, e muitas vezes o fez.
- (C) O capítulo evidencia que vários aspectos da história indígena amazônica devem merecer ainda cuidadosa reflexão, porque, apesar da curiosidade que suscita, muito dela ainda permanece obscuro.
- (D) Grupos indígenas, principalmente inserido no contexto do rio Amazonas, vem chamando a atenção de pesquisadores de distintas áreas do saber, estudiosos que os julgam detentores de muitos segredos.
- (E) Adepto ou não desse entendimento sobre a formação de um estrato neo-indígena, especialistas em etnografia muito se dedicam a interpretar os dados apresentados na pesquisa recém-publicada.

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 6 a 12.

1 *Três em cada quatro brasileiros se consideram católicos. Pelas contas do Censo 2000, para uma população total em torno de 170 milhões de habitantes, o Brasil entra no século XXI aproximadamente com 125 milhões de católicos declarados, praticamente três quartos da população residente total.*

5 *Quer dizer que no início do terceiro milênio ainda é possível a esse país, o maior e mais populoso da “América católica”, continuar ostentando com fundamento em dados estatísticos cientificamente controlados e religiosamente isentos sua histórica posição de nação com hegemonia católica, que um dia lhe valeu o desgastado título que o aclama como “o maior país católico do mundo”. Tradicionalmente autoaplicado por seus habitantes em conotações que, a bem da verdade, sofrem polarizações e inflexões de toda espécie e grau, que vão do contentamento envaidecido sem ressalvas ao lamento aborrecido sem reservas, a plausibilidade desse superlativo identitário pode estar com os dias contados.*

10 *Não obstante a permanência ininterrupta da enorme desigualdade em tamanho e estatura das religiões no Brasil, não é mais possível, nos dias que correm, desconhecer que a sociedade brasileira está passando por um processo de transição religiosa que é notório. Visível a olho nu. Mas não só, uma vez que se trata de um processo que tem sido há décadas acompanhado atentamente, e comprovado a frio reiteradamente, pelas estatísticas censitárias. Esse lento vir a ser, ao mesmo tempo matemático e falastrão, vai pouco a pouco desfigurando nosso velho semblante cultural com a introdução gradual, mas nem por isso menos corrosiva, de estranhamentos e distâncias, descontinuidades e respiros no batido ramerrão do imaginário religioso nacional. Com efeito, hoje se assiste em nosso país a um vigoroso movimento de transição demográfico-religiosa que já assumiu a forma de progressiva migração de contingentes católicos para outras religiões. Ou mesmo para nenhuma.*

(Adaptado de: PIERUCCI, Antonio Flávio. Religiões no Brasil. In: BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). **Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança**. Companhia das Letras, 2011, p. 472-473)

6. É legítimo afirmar: no texto,

- (A) o argumento a favor da demonstração de que o Brasil deixará de ser em breve hegemonicamente católico é sustentado pelos rigorosos dados do recenseamento de 2000 mencionados pelo autor.
- (B) é reconhecível o ponto de vista favorável ao fato de os brasileiros assumirem-se como católicos em levantamento demográfico, assunção de identidade que legitima a preservação do título de maior país católico do mundo atribuído ao Brasil.
- (C) o emprego das aspas na expressão “América católica” sinaliza que, por meio da ironia, o autor censura o apego dos brasileiros a títulos de supremacia, adesão que ele nota até mesmo quando se trata de religião.
- (D) admite-se que à expressão “o maior país católico do mundo” empregada pelos brasileiros se têm atribuído sentidos distintos, o que justifica o fato de o uso do título estar em extinção.
- (E) avalia-se que, sob o fato manifesto e contínuo de brasileiros virem deixando a religião católica, ao migrar ou não para alguma outra, o superlativo que historicamente individualiza o Brasil do ponto de vista religioso está perdendo a razoabilidade.



7. No segundo parágrafo,
- (A) a expressão *Quer dizer* introduz exposição mais detalhada do que se apresenta no primeiro parágrafo, esclarecimento realizado sob o padrão da neutralidade científica.
 - (B) os segmentos *cientificamente controlados e religiosamente isentos* subordinam-se diretamente à palavra *fundamento*.
 - (C) o emprego de *um dia* sugere que a ideia de *desgastado*, atribuída à palavra *título*, teve breve duração.
 - (D) a caracterização de *conotações* evidencia que os brasileiros, ainda que possam manifestar emoções antagônicas ao fazer uso da qualificação “*o maior país católico do mundo*”, o fazem com a mesma intensa adesão ao seu particular sentimento.
 - (E) o emprego da expressão *a bem da verdade* sinaliza a introdução de uma específica correção, retificação que remete diretamente ao segmento *sua histórica posição de nação com hegemonia católica*.

8. (3º parágrafo) *Não obstante a permanência ininterrupta da enorme desigualdade em tamanho e estatura das religiões no Brasil, não é mais possível, nos dias que correm, desconhecer que a sociedade brasileira está passando por um processo de transição religiosa que é notório. Visível a olho nu.*

Considerado o trecho acima, no contexto em que está inserido, é apropriado afirmar:

- (A) As incontestes desigualdades estruturais do Brasil impossibilitam leituras mais pontuais e consistentes acerca da vida dos brasileiros, principalmente no que se refere a seus hábitos religiosos.
- (B) A inclusão de uma vírgula depois de *Não obstante* mantém a correção e a clareza da frase, visto que o emprego desse sinal de pontuação, nessa específica formulação, é facultativo.
- (C) Em *a permanência ininterrupta da enorme desigualdade em tamanho e estatura das religiões no Brasil*, a substituição de *ininterrupta* por “intermitente” mantém o sentido original da frase.
- (D) A expressão *nos dias que correm* expressa um fator condicionante.
- (E) A locução verbal em que está presente o gerúndio indica uma ação durativa em tempo não marcado.

9. *Visível a olho nu. Mas não só, uma vez que se trata de um processo que tem sido há décadas acompanhado atentamente, e comprovado a frio reiteradamente, pelas estatísticas censitárias.*

Propõe-se reescrever o trecho acima eliminando o ponto final e iniciando a frase por “Trata-se de um processo”. Uma formulação aceitável, por não prejudicar o sentido e a correção originais, deve conter o seguinte segmento:

- (A) ainda que também seja visível a olho nu.
 - (B) à medida que é visível a olho nu.
 - (C) sendo, pois, visível a olho nu.
 - (D) entretanto será visível a olho nu.
 - (E) quando visível a olho nu.
10. *Visível a olho nu. Mas não só, uma vez que se trata de um processo que tem sido há décadas acompanhado atentamente, e comprovado a frio reiteradamente, pelas estatísticas censitárias.*

A única alternativa INCORRETA sobre o trecho acima transcrito, em seu contexto, é:

- (A) A expressão *Visível a olho nu*, que constitui caracterização da palavra que a antecede, dá oportunidade para que se introduza outro argumento a favor da ideia expressa por *notório*.
- (B) Se o assunto fosse não *um processo*, mas “processos”, a correção exigiria a forma “se tratam de processos”.
- (C) O verbo “haver”, na frase, está empregado como indica o seguinte verbete do **Dicionário eletrônico Houaiss**: *transitivo direto [impessoal] ter transcorrido ou ser decorrido (tempo)*.
- (D) Transpondo a voz passiva presente na frase para a voz ativa, a forma correta a ser grafada é “têm acompanhado”.
- (E) A retirada da vírgula após a palavra *reiteradamente* prejudica o sentido original da frase.

11. O segmento do texto que está traduzido de maneira a não prejudicar o sentido original é:

- (A) *Esse lento vir a ser* / Esse fugaz começar a ser o que não era antes.
- (B) *ao mesmo tempo matemático e falastrão* / simultaneamente preciso e de superlativa eficiência.
- (C) *vai pouco a pouco desfigurando nosso velho semblante cultural* / vai paulatinamente atualizando nosso antiquado perfil cultural.
- (D) *no batido ramerrão do imaginário religioso nacional* / na surrada e monótona repetição do imaginário religioso nacional.
- (E) *introdução gradual, mas nem por isso menos corrosiva* / inserção pontual, mas nem por isso menos avassaladora.



12. A assertiva que a gramática normativa aprova é:

- (A) (linha 1) O pronome destacado em *Três em cada quatro brasileiros se consideram católicos* determina que se entenda a frase como equivalente a “Três em cada quatro brasileiros são considerados católicos”.
- (B) (linha 4) A função do pronome **esse** restringe-se a sinalizar que o país referido é aquele que vem anunciado, logo em seguida, como *o maior e mais populoso da “América católica”*.
- (C) (linhas 6 e 7) Em *que um dia lhe valeu o desgastado título que o aclama como “o maior país católico do mundo”*, o pronome destacado tem sentido possessivo, como em “Colocou-lhe no dedo a aliança prometida”.
- (D) (linha 12) Se, em vez da caracterização original do *processo*, houvesse uma outra formulação, ela estaria correta, por exemplo, assim: “se trata de um processo cujo desfecho dependerão várias religiões”.
- (E) (linhas 6 e 7) Em *que um dia lhe valeu o desgastado título que o aclama como “o maior país católico do mundo”*, o pronome destacado pode ser substituído por “a ele”, sem prejuízo do sentido e da correção originais.

13. A redação em que as ideias estão expostas de modo claro e correto é:

- (A) Era uma casa que ao redor todos conheciam a história dos últimos moradores, que não era nem totalmente verdadeira ou muito fictícia, mas assombrava quem quer que ouvia o relato.
- (B) Várias técnicas práticas foram desenvolvidas desde muitos anos a fim de coleta de informações detalhadas sobre a doença, sendo rara na região, por isso pouco conhecida e divulgada.
- (C) Diante de uma trajetória tão movimentada e desafiadora, só se pode, na verdade, admirar a constância com que os refugiados souberam preservar sua coesão e os pequenos rituais que os fortaleciam.
- (D) Quanto ao futuro do projeto recém-anunciado e delineado por especialistas da área, situado entre os interesses dos donos da terra e dos assalariados, é evidentemente impossível prever.
- (E) O conflito se deu, como visto à exaustão, decorrente do peso sempre crescente dos que protestavam e o contrário, que diminuía, dos defensores das novas normas de organização da empresa estatal.

14. Considerada a norma-padrão da língua, a frase que se apresenta correta é:

- (A) Sua averção a novidades da tecnologia poderá fazer com que ele pleiteie uma transferência para outro setor, em que não precise ser tão desafiado por elas.
- (B) Eles reouveram todos os documentos que haviam sido extraviados e espontaneamente ofereceram indenização ao rapaz que os achou e se empenhou em devolvê-los.
- (C) Os mais jovens se absteram de votar a favor da mudança de horário, em flagrante oposição ao coordenador da sessão que não conseguiu disfarçar sua decepção.
- (D) Com tal quantidade de produtos perecível, ninguém entendeu o porquê de a carga ter sido despachada, em caminhões convencionais, sem refrigeração.
- (E) As segunda-feiras, impreterivelmente, o encarregado envia ao grupo de analistas todo o material recebido, cabendo-lhes então, a tarefa de avaliar o quê deverá ser encaminhado ao conselho gestor.

15. Considere o enunciado que segue.

Acredito que os interessados se mostram aptos à função para a qual estão se candidatando quando agem com ponderação diante de cada desafio que lhes é proposto, ou seja, reflete-se sobre o caso a ser analisado e procura-se avaliar de forma imparcial os possíveis aspectos divergentes que nele estejam em jogo.

Na frase,

- (A) nenhuma alteração deve ser feita, pois o conjunto está organizado de maneira clara, mantendo a mesma perspectiva de tratamento do tema e em conformidade com a norma-padrão da língua.
- (B) há um equívoco de construção, pois temos dois segmentos preposicionados – *à função* e *para a qual está se candidatando* – em relação de dependência direta com a mesma palavra – *aptos*.
- (C) com o intuito de observar-se o paralelismo de construção, seria adequada a substituição de *reflete-se* e *procura-se avaliar* por, respectivamente, “quando refletem” e “quando procuram avaliar”.
- (D) o segmento introduzido por *ou seja* poderia ser eliminado, pois seu conteúdo é pleonástico, nada acrescentando ao já dito: “ponderar” implica, por si só, a ideia de “refletir” e “avaliar de forma imparcial”.
- (E) com o intuito de obter a adequada correlação entre as formas verbais empregadas, e notando-se o emprego, na linha inicial, de *se mostram* e *estão*, teria de haver obrigatoriamente a substituição de *estão* por “estão”.

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. Alexandre, Breno, Cleide e Débora saíram vestindo camisas do seu time de futebol. Sabe-se que cada pessoa torce por um time diferente, e que os times são: Flamengo, Corinthians, São Paulo, Vasco, não necessariamente nessa ordem. Cleide é corintiana, Breno não torce pelo Flamengo nem pelo São Paulo, Débora é são-paulina. Sendo assim, conclui-se que Alexandre e Breno, respectivamente, torcem para
- (A) Flamengo e Corinthians.
 - (B) Vasco e Flamengo.
 - (C) São Paulo e Vasco.
 - (D) Flamengo e Vasco.
 - (E) Vasco e Corinthians.
-
17. Em 2015 as vendas de uma empresa foram 60% superiores as de 2014. Em 2016 as vendas foram 40% inferiores as de 2015. A expectativa para 2017 é de que as vendas sejam 10% inferiores as de 2014. Se for confirmada essa expectativa, de 2016 para 2017 as vendas da empresa vão
- (A) diminuir em 6,25%.
 - (B) aumentar em 4%.
 - (C) diminuir em 4%.
 - (D) diminuir em 4,75%.
 - (E) diminuir em 5,5%.
-
18. A altura máxima, em metros, que um guindaste é capaz de içar uma carga é inversamente proporcional ao peso dessa carga, em toneladas. Sabe-se que esse guindaste iça uma carga de 2,4 toneladas a uma altura máxima de 8,5 metros. Sendo assim, se a altura máxima que o guindaste consegue içar uma carga é de 12 metros, o peso máximo da carga, que pode ser içada a essa altura, é igual a 1 tonelada e
- (A) 500 kg.
 - (B) 800 kg.
 - (C) 600 kg.
 - (D) 900 kg.
 - (E) 700 kg.
-
19. Marlene, Jair, Renata, Alexandre e Patrícia fizeram uma prova de um concurso obtendo cinco pontuações diferentes. Sabe-se ainda que, nessa prova:
- Marlene obteve mais pontos do que Alexandre, mas menos pontos do que Patrícia;
 - Jair obteve mais pontos do que Renata, que por sua vez obteve mais pontos do que Marlene.
- Sendo assim, é necessariamente correto que
- (A) Marlene obteve mais pontos do que Renata.
 - (B) Jair obteve menos pontos do que Patrícia.
 - (C) Renata obteve menos pontos do que Patrícia.
 - (D) Alexandre foi o que obteve menos pontos.
 - (E) Patrícia foi a que obteve mais pontos.
-
20. José Souza, Paulo Almeida e Claudio Prinot são três funcionários que têm que realizar, no total para os três, 72 tarefas diariamente. Cada dia eles escolhem um critério diferente para repartir as tarefas. Por exemplo, no dia de ontem eles decidiram que as 72 tarefas seriam divididas entre eles diretamente proporcional às consoantes do sobrenome de cada um. Sendo assim, ontem Paulo Almeida teve que realizar o total de tarefas igual a
- (A) 15.
 - (B) 12.
 - (C) 18.
 - (D) 9.
 - (E) 24.



21. Para um concurso foram entrevistados 970 candidatos, dos quais 527 falam inglês, 251 falam francês, 321 não falam inglês nem francês. Dos candidatos entrevistados, falam inglês e francês, aproximadamente,
- (A) 13%.
- (B) 18%.
- (C) 9%.
- (D) 11%.
- (E) 6%.

Noções de Informática

22. Considerando-se que o Windows 7 Professional, em português, está instalado na unidade C de um computador,
- (A) não será permitido salvar arquivos na raiz desta unidade, mas somente em pastas e subpastas criadas a partir da raiz.
- (B) clicando-se com o botão direito do *mouse* sobre esta unidade, será possível acessar uma opção para particionar (dividir) o disco.
- (C) será permitido formatar esta unidade a partir do Windows, porém, todos os arquivos e pastas serão apagados e não poderão ser recuperados.
- (D) se uma pasta que contém 9 MB em documentos for apagada do HD, ela será enviada para a lixeira e poderá ser posteriormente recuperada.
- (E) a pasta onde o Windows está instalado ficará oculta e não poderá ser acessada, para evitar que arquivos importantes sejam apagados.
23. Considere a planilha abaixo, digitada no Microsoft Excel 2010 em português, ou no LibreOffice Calc versão 5, em português. Os dados da planilha são, hipoteticamente, de despesas com diárias pagas a magistrados, em Outubro de 2016.

	A	B	C
1	Favorecido	Mauro da Silva	André Alves
2	CPF	469.725.804-03	430.882.465-70
3	Cargo	Desembargador	Juiz
4	Origem	Manaus	Manaus
5	Destino	Brasília	Brasília
6	Data Partida	19/10/2016	19/10/2016
7	Data retorno	23/10/2016	22/10/2016
8	Motivo	Seminário	Seminário
9	Meio de Transporte	Avião	Avião
10	Processo	79/2016	780/2016
11	Portaria	794/2016/SGP	797/2016/SGP
12	Número de diárias	3,5	2
13	Valor por diária	R\$ 321,00	R\$ 250,00
14	Despesas totais		
15	R\$ 1.623,50		

Na célula A15, deseja-se calcular as despesas totais geradas pelos dois favorecidos das colunas B e C. A fórmula que deverá ser digitada nessa célula é:

- (A) $=[B12*B13]+[C12*C13]$
- (B) $=B13+C12$
- (C) $=(B12^B13)+(C12^C13)$
- (D) $=(B12+C12)*(B13+C13)$
- (E) $=B12*B13+C12*C13$



24. Considere a barra de endereços do navegador, abaixo, exibida no Google Chrome.



Os ícones do cadeado fechado e da estrela servem, respectivamente, para mostrar que o portal do TRT11

- (A) é seguro e para adicionar este portal aos favoritos.
- (B) está criptografado e para acessar as configurações do navegador.
- (C) está bloqueado para acesso e para adicionar este portal aos favoritos.
- (D) é certificado digitalmente e para acionar o modo de navegação anônima.
- (E) é seguro e para acessar as configurações do navegador.

Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

25. Considere os seguintes atos:

- I. Prestar informações sobre os assentamentos funcionais dos juízes e servidores para fins de promoção por merecimento ou aplicação de penalidades.
- II. Julgar mandados de segurança contra atos das Turmas.
- III. Julgar ações rescisórias.
- IV. Homologar desistências e acordos nos dissídios individuais, apresentados antes da distribuição e após o julgamento do feito.
- V. Presidir a Comissão de Uniformização da Jurisprudência.

Nos termos do Regimento Interno do TRT da 11ª Região, a competência para a prática desses atos, respectivamente, é do

- (A) Presidente do Tribunal, Tribunal Pleno, Presidente do Tribunal, Presidente da Turma e Corregedor.
- (B) Corregedor, Presidente do Tribunal, Tribunal Pleno, Presidente do Tribunal e Vice-Presidente.
- (C) Corregedor, Tribunal Pleno, Tribunal Pleno, Presidente da Turma e Vice-Presidente.
- (D) Presidente do Tribunal, Tribunal Pleno, Presidente da Turma, Tribunal Pleno e Presidente do Tribunal.
- (E) Presidente do Tribunal, Tribunal Pleno, Tribunal Pleno, Vice-Presidente e Corregedor.

26. Um Desembargador e um Juiz de Primeira Instância sofreram pena de advertência em processos iniciados por membros do Tribunal, após deliberação do Pleno. O Juiz de Primeira Instância deixou de figurar em lista de promoção por merecimento pelo prazo de um ano, contado da imposição da pena. A forma como foi conduzida a sessão contrariou o Regimento Interno do TRT da 11ª Região em

- (A) dois aspectos, uma vez que a pena de advertência somente é aplicável a Juízes de Primeira Instância e a exclusão da lista de promoção por merecimento é prevista para o caso da pena de censura.
- (B) dois aspectos, uma vez que a pena de advertência somente é aplicável a Desembargadores e não depende da deliberação do Pleno se o processo for iniciado por membros do Tribunal.
- (C) um aspecto, uma vez que não há previsão legal para a exclusão da lista de promoção por merecimento.
- (D) três aspectos, uma vez que a pena de advertência somente é aplicável a Juízes de Primeira Instância, a exclusão da lista de promoção por merecimento é prevista para o caso da pena de censura e não depende da deliberação do Pleno se o processo for iniciado por membros do Tribunal.
- (E) um aspecto, uma vez que não depende da deliberação do Pleno se o processo for iniciado por membros do Tribunal.

27. No que se refere à ordem dos serviços no TRT da 11ª Região, seu Regimento Interno estabelece que

- (A) recurso mandado subir em agravo de instrumento não gera distribuição mediante compensação ao relator do acórdão.
- (B) serão encaminhados ao Ministério Público do Trabalho somente os processos em que figurar como parte a Fazenda Pública, o próprio Órgão Ministerial ou, ainda, se versar sobre interesse de incapaz sem assistência ou representação.
- (C) os processos de competência originária terão como revisor nato o Desembargador Vice-Presidente.
- (D) conflito de competência ou de atribuições depende de publicação e pauta.
- (E) haverá revisor nos processos de competência recursal.

**Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência**

28. A proteção de interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência encontra guarida no Poder Judiciário, conforme regula a Lei nº 7.853/1989, e estabelece que
- (A) as ações judiciais para esse fim podem ser propostas por associação constituída há mais de seis meses, nos termos da lei civil.
 - (B) todas as ações judiciais para esse fim correm em segredo de justiça.
 - (C) uma vez proposta a ação judicial para esse fim, o interesse público impede a desistência ou abandono da ação.
 - (D) autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção dos interesses e a promoção de direitos da pessoa com deficiência podem propor as medidas judiciais destinadas a esse fim.
 - (E) a sentença proferida em ação judicial para esse fim terá, em todos os casos, eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes*.

29. Alunos de um curso de Direito participaram de um evento organizado pelo Governo do Estado do Amazonas sobre os direitos das pessoas com deficiência. A primeira discussão tratou dos seguintes temas relacionados à Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:

- I. O desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto socioeconômico e cultural.
- II. A adoção de estratégias de articulação com órgãos e entidades públicos e privados, bem assim com organismos internacionais e estrangeiros para a implantação da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
- III. O desenvolvimento de programas setoriais destinados ao atendimento das necessidades especiais da pessoa portadora de deficiência.
- IV. O fomento da tecnologia de bioengenharia voltada para a pessoa portadora de deficiência, bem como a facilitação da importação de equipamentos.
- V. A fiscalização do cumprimento da legislação pertinente à pessoa portadora de deficiência.

Para a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e nos termos do Decreto nº 3.298/1999, esses temas são conceituados, respectivamente, como:

- (A) instrumento, princípio, diretriz, objetivo e instrumento.
- (B) princípio, diretriz, objetivo, instrumento e instrumento.
- (C) princípio, princípio, diretriz, instrumento e objetivo.
- (D) diretriz, princípio, instrumento, princípio e objetivo.
- (E) objetivo, princípio, princípio, diretriz e diretriz.

30. No que diz respeito ao reconhecimento igual perante a lei, a Lei nº 13.146/2015 estabelece que

- (A) a pessoa com deficiência sempre será submetida à curatela.
- (B) a curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva ordinária.
- (C) a curatela é proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso e persiste obrigatoriamente até que sejam completados os 21 anos de idade.
- (D) é facultado à pessoa com deficiência a adoção de processo de tomada de decisão apoiada.
- (E) a curatela não afeta os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Contabilidade Geral**

31. Considere os seguintes eventos ocorridos na Cia. Limpa Tudo no exercício financeiro de 2016:

- I. Recebimento de um imóvel, em doação, no valor de R\$ 100.000,00 com restrições a serem cumpridas nos exercícios de 2017 e 2018.
- II. Reconhecimento de variação cambial de controladas no exterior no valor de R\$ 25.000,00, o que gerou um ajuste de avaliação patrimonial de natureza credora.
- III. Emissão de novas ações no valor de R\$ 215.000,00, sendo que neste valor está incluído ágio por expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 15.000,00.
- IV. Apuração de lucro líquido do exercício de 2016 no valor de R\$ 150.000,00.
- V. Distribuição de dividendos no valor de R\$ 45.000,00.
- VI. Aumento de Capital Social no valor de R\$ 85.000,00, sendo R\$ 40.000,00 em dinheiro e o restante com Reservas de Lucros.

Pelo reconhecimento desses eventos, em conjunto, a alteração no saldo do Patrimônio Líquido da Cia. Limpa Tudo em 2016 foi, em reais,

- (A) 385.000,00.
- (B) 485.000,00.
- (C) 345.000,00.
- (D) 360.000,00.
- (E) 370.000,00.

32. A Cia. Até que Enfim possuía em 30/11/2016 a seguinte situação patrimonial:

Disponível: R\$ 200.000,00
Terreno: R\$ 100.000,00
Capital Social: R\$ 300.000,00

Em dezembro de 2016, a Cia. realizou as seguintes operações:

Data	Operação
01/12/16	Aplicação financeira no valor R\$ 60.000,00 em 6 títulos no valor de R\$ 10.000,00 cada, sendo classificados do seguinte modo: 3 títulos como ativo financeiro mantido até o vencimento e 3 títulos como ativo financeiro destinado para negociação imediata. A taxa de juros compostos contratual de todos os títulos era 2% ao mês. O valor justo de cada título em 31/12/2016 era R\$ 10.500,00.
31/12/16	Compra de um veículo, por meio de arrendamento mercantil financeiro, para ser pago em 24 prestações mensais, iguais e consecutivas de R\$ 2.500,00 cada. Na data da aquisição, o valor presente das prestações era R\$ 53.000,00 e o valor justo do veículo arrendado era R\$ 52.000,00.

Após os registros contábeis referentes às duas operações acima, o Ativo da Cia. Até que Enfim em 31/12/16 era, em reais,

- (A) 355.000,00.
- (B) 356.000,00.
- (C) 353.200,00.
- (D) 355.100,00.
- (E) 354.100,00.

33. A Cia. Transporte Seguro adquiriu, em 31/12/2016, mercadorias para serem comercializadas. A Cia. adquiriu estas mercadorias por R\$ 200.000,00 para serem pagas em 10/03/2018. Sabe-se que se a Cia. tivesse adquirido estas mercadorias à vista teria pagado R\$ 165.000,00. Em 13/01/2017, a Cia. Transporte Seguro vendeu todas estas mercadorias por R\$ 370.000,00, para serem recebidos integralmente em 15/04/2018. Sabendo que a Cia. concede, normalmente, um prazo de 50 dias para seus clientes e que se o cliente tivesse adquirido as mercadorias à vista teria pagado R\$ 310.000,00, é correto afirmar que a Cia. Transporte Seguro reconheceu

- (A) R\$ 200.000,00 na conta Estoques, na data da aquisição.
- (B) R\$ 370.000,00 na conta Receita de Vendas, na data da venda.
- (C) R\$ 370.000,00 na conta Receita de Vendas e R\$ 165.000,00 na conta Custo das Mercadorias Vendidas, na data da venda.
- (D) R\$ 310.000,00 na conta Receita de Vendas e R\$ 165.000,00 na conta Custo das Mercadorias Vendidas, na data da venda.
- (E) R\$ 310.000,00 na conta Receita de Vendas, R\$ 165.000,00 na conta Custo das Mercadorias Vendidas e R\$ 25.000,00 na conta Resultado Financeiro, na data da venda.



34. Em 31/12/2015, a Cia. BMW adquiriu 90% das ações da Cia. Voyage por R\$ 8.500.000,00 à vista. Na data da aquisição, o Patrimônio Líquido da Cia. Voyage era R\$ 6.000.000,00 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis dessa Cia. era R\$ 9.000.000,00, cuja diferença foi decorrente de um ativo intangível com vida útil indefinida que a Cia. Voyage havia adquirido em 2014. Com base nestas informações, o valor que a Cia. BMW reconheceu no Balanço Patrimonial em Investimentos em Controladas, na data da aquisição, foi, em reais,
- (A) 6.000.000,00.
 (B) 8.500.000,00.
 (C) 9.000.000,00.
 (D) 8.100.000,00.
 (E) 5.400.000,00.

Atenção: Para responder às questões de números 35 a 37, considere as informações abaixo.

A Cia. Premium apresentou as seguintes demonstrações contábeis:

Balanço Patrimonial			(Em reais)		
	31/12/15	31/12/16		31/12/15	31/12/16
Ativo Circulante	240.000	565.000	Passivo Circulante	220.000	130.000
Disponível	100.000	311.000	Fornecedores	150.000	80.000
Duplicatas a Receber	100.000	150.000	Salários a Pagar	50.000	10.000
Estoques	40.000	80.000	Adiantamento de Clientes	20.000	-
Seguros antecipados	-	24.000	Dividendos a Pagar	-	40.000
			Passivo Não Circulante	100.000	120.000
Ativo Não Circulante	410.000	205.000	Financiamentos	80.000	90.000
Investimento	50.000	65.000	Provisões	20.000	30.000
Imobilizado					
Terreno	200.000	-	Patrimônio Líquido	330.000	520.000
Equipamento	200.000	200.000	Capital Social	250.000	300.000
Depreciação Acumulada	(40.000)	(60.000)	Reservas de Lucros	80.000	220.000
Total do Ativo	650.000	770.000	Total do Passivo + PL	650.000	770.000

Demonstração do Resultado		(Em reais)
01/01/2016 a 31/12/2016		
Receita de Vendas		1.500.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas		(900.000)
(=) Resultado Bruto		600.000
(-) Despesas Operacionais		
Despesas Administrativas		(250.000)
Despesas com Vendas		(70.000)
Despesa com Seguros		(10.000)
Despesa de Depreciação		(20.000)
Despesa com Provisões		(10.000)
(+) Outras Receitas Operacionais		
Resultado de Equivalência Patrimonial		15.000
Lucro na Venda do Terreno		30.000
Resultado Antes do Resultado Financeiro		285.000
(-) Despesa Financeira (juros)		(10.000)
Resultado Antes do IR e CSLL		275.000
(-) Despesa com Imposto de Renda e CSLL		(75.000)
Resultado Líquido		200.000

Informações Adicionais:

- As despesas com juros não foram pagas.
- O terreno foi vendido à vista.
- O aumento de capital foi realizado com os seguintes recursos: R\$ 30.000,00 em dinheiro e o restante com reservas de lucros.
- Não houve pagamento de financiamentos.

35. Com base nessas informações, as Atividades Operacionais, em 2016,

- (A) consumiram caixa de R\$ 49.000,00.
 (B) geraram caixa de R\$ 179.000,00.
 (C) geraram caixa de R\$ 195.000,00.
 (D) consumiram caixa de R\$ 19.000,00.
 (E) consumiram caixa de R\$ 59.000,00.



36. Com base nessas informações, as Atividades de Financiamento, em 2016, geraram caixa, em reais, de
- (A) 10.000,00.
 - (B) 60.000,00.
 - (C) 30.000,00.
 - (D) 40.000,00.
 - (E) 50.000,00.
-
37. Pela análise das demonstrações contábeis,
- (A) as dívidas da empresa, tanto em 31/12/2015 quanto em 31/12/2016, eram em sua maior parte de longo prazo.
 - (B) a liquidez imediata em 31/12/2016 era menor do que 1,00.
 - (C) a liquidez corrente em 31/12/2016 era menor do que em 31/12/2015.
 - (D) o giro do ativo em 2016 foi 3,85 vezes.
 - (E) a liquidez geral em 31/12/2015 era 0,75.
-
38. A empresa Metais Leves & Cia. adquiriu, em 31/12/2014, ações de sua própria emissão e, para isso, incorreu nos seguintes gastos:
- Valor pago pelas ações = R\$ 1.000.000,00
Custos adicionais totais = R\$ 50.000,00
- Em 31/12/2016, a empresa revendeu todas estas ações por R\$ 1.200.000,00 à vista, incorrendo em custos de transação no valor de R\$ 10.000,00.
- Com base nestas informações, a empresa Metais Leves & Cia.
- (A) reconheceu como Ações em Tesouraria o valor de R\$ 1.000.000,00, em 31/12/2014.
 - (B) reconheceu como Despesa do Exercício o valor de R\$ 50.000,00, em 31/12/2014.
 - (C) reduziu o seu Patrimônio Líquido em R\$ 1.000.000,00, em 31/12/2014.
 - (D) apurou resultado positivo com a venda das Ações em Tesouraria no valor de R\$ 140.000,00, em 31/12/2016.
 - (E) aumentou o seu Patrimônio Líquido em R\$ 1.200.000,00, em 31/12/2016.
-
39. A empresa Eucalipto S.A. adquiriu mercadorias para revenda e pagou os seguintes valores:
- Lote de Madeira: R\$ 300.000,00, valor líquido de tributos
Frete (para transporte da madeira até a empresa Eucalipto S.A.): R\$ 30.000,00, valor líquido de tributos
Seguro (para transporte da madeira até a empresa Eucalipto S.A.): R\$ 20.000,00
Tributos recuperáveis: R\$ 40.000,00
Tributos não recuperáveis: R\$ 10.000,00
- Sabendo que a empresa Eucalipto S.A. revendeu todo o lote de madeira por R\$ 600.000,00 à vista, o resultado bruto apurado nesta operação pela empresa Eucalipto S.A. foi, em reais,
- (A) 300.000,00.
 - (B) 250.000,00.
 - (C) 210.000,00.
 - (D) 200.000,00.
 - (E) 240.000,00.
-
40. A Cia. Vai & Volta possuía, em 31/12/2016, um ativo Intangível com vida útil indefinida cujo valor contábil era R\$ 380.000,00, o qual era composto por:
- Custo de aquisição: R\$ 480.000,00.
Perda por desvalorização (reconhecida em 2015): R\$ 100.000,00.
- Em 31/12/2016, ao realizar o Teste de Recuperabilidade do Ativo, obteve as seguintes informações:
- Valor em uso: R\$ 520.000,00.
Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 350.000,00.
- Adicionalmente, as evidências indicaram que a vida útil desse ativo continuava indefinida.
- Com base nessas informações, o valor contábil que a Cia. Vai & Volta apresentou no Balanço Patrimonial de 31/12/2016, para o ativo em análise foi, em reais,
- (A) 480.000,00.
 - (B) 520.000,00.
 - (C) 350.000,00.
 - (D) 380.000,00.
 - (E) 310.000,00.



41. Considere as afirmativas abaixo.

- I. A Demonstração do Resultado Abrangente deve apresentar o total do resultado do período, o total de outros resultados abrangentes e o resultado abrangente do período, sendo este o total do resultado e de outros resultados abrangentes.
- II. A Demonstração do Resultado Abrangente deve apresentar resultados abrangentes classificados por natureza e agrupados nos que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período e nos que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período, quando condições específicas forem atendidas.
- III. Os componentes dos outros resultados abrangentes podem ser apresentados líquidos dos seus respectivos efeitos tributários ou antes dos seus respectivos efeitos tributários, sendo apresentado em montante único o efeito tributário total relativo a esses componentes.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, apenas.

42. Um veículo foi adquirido, em 01/06/2015, por R\$ 72.000,00 à vista para ser utilizado na atividade de uma empresa. Na data de aquisição, a empresa definiu que a vida útil do veículo era 4 anos e o valor residual para este veículo no final da vida útil definida era R\$ 24.000,00. Em 31/12/2016, a empresa vendeu este veículo por R\$ 59.000,00 à vista. Sabendo que a empresa calcula a despesa de depreciação pelo método das cotas constantes, o resultado evidenciado na Demonstração de Resultados de 2016, correspondente à venda do veículo, foi um lucro, em reais, de

- (A) 5.000,00.
- (B) 6.000,00.
- (C) 11.000,00.
- (D) 15.500,00.
- (E) 30.000,00.

43. Em 31/12/2015, a empresa ATP S.A. possuía R\$ 520.000,00 em duplicatas a receber de clientes e saldo na conta Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa (EPCLD) no valor de R\$ 20.800,00. Em fevereiro de 2016, o cliente Ônix, que devia R\$ 22.000,00, se tornou incobrável. Ao registrar este evento na contabilidade, a empresa ATP S.A.

- (A) debitou o valor de R\$ 22.000,00 na conta patrimonial Duplicatas a Receber.
- (B) debitou o valor de R\$ 20.800,00 na conta patrimonial EPCLD.
- (C) debitou o valor de R\$ 1.200,00 na conta patrimonial Ajuste de Avaliação Patrimonial.
- (D) creditou o valor de R\$ 1.200,00 na conta de resultado Perda com Clientes.
- (E) creditou o valor de R\$ 20.800,00 na conta de resultado Reversão de EPCLD.

44. O objetivo da elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro de propósito geral é

- (A) atender a todas as informações de que investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, necessitam para a tomada de decisão.
- (B) determinar o valor de mercado da entidade que reporta a informação para que investidores existentes e em potencial, credores por empréstimos e outros credores, possam tomar decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.
- (C) fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada de decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.
- (D) fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação que sejam úteis à tomada de decisão pelos administradores da entidade, já que estes são incapazes de obter a informação no formato que necessitam.
- (E) fornecer uma descrição ou retrato exato da situação econômico-financeira da entidade para que investidores existentes e em potencial, credores por empréstimos e outros credores, possam tomar decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.

45. Na Demonstração do Valor Adicionado, um item evidenciado como valor adicionado recebido em transferência por uma empresa é:

- (A) juros de aplicações financeiras.
- (B) despesa com aluguel.
- (C) tributos não recuperáveis.
- (D) depreciação do ativo imobilizado.
- (E) lucros retidos pela empresa.

**Contabilidade Pública**

46. Em 02/12/2016, o ordenador de despesa de uma entidade pública empenhou despesa no valor de R\$ 15.000,00 com aquisição de material de consumo. No dia 09/12/2016, a empresa Suprimentos S.A. entregou as mercadorias com a respectiva nota fiscal. No dia 15/12/2016, o setor responsável da entidade pública fez a conferência se as mercadorias entregues estavam em conformidade com o contratado, a nota de empenho e a respectiva nota fiscal emitida pela Suprimentos S.A.. Em 22/12/2016, a entidade pública utilizou todo o material adquirido na prestação de serviços para a população e, no dia 28/12/2016, a entidade pública pagou a empresa Suprimentos S.A.. Para fins de apuração dos resultados de execução orçamentária, conforme Lei nº 4.320/1964, e patrimonial, a despesa orçamentária e a variação patrimonial quantitativa diminutiva devem ser reconhecidas, respectivamente, em
- (A) 02/12/2016 e 15/12/2016.
 - (B) 09/12/2016 e 28/12/2016.
 - (C) 15/12/2016 e 22/12/2016.
 - (D) 02/12/2016 e 22/12/2016.
 - (E) 15/12/2016 e 28/12/2016.

47. Para uma entidade do setor público realizar o lançamento contábil do recolhimento da contribuição para a previdência social, que foi retida nos pagamentos de serviços de terceiros – pessoa física, deve ser
- (A) debitada uma conta de passivo.
 - (B) debitada uma conta de variação patrimonial diminutiva.
 - (C) creditada uma conta de variação patrimonial aumentativa.
 - (D) debitada uma conta de ativo.
 - (E) creditada a conta Restos a Pagar Processados.

48. Considere os dados, a seguir, extraídos das demonstrações contábeis de uma entidade do setor público referentes a 2016:

Previsão Atualizada da Receita:	R\$ 213.000.000,00
Receita Lançada:	R\$ 230.000.000,00
Receita Arrecadada:	R\$ 245.000.000,00
Dotação Inicial:	R\$ 205.000.000,00
Dotação Atualizada:	R\$ 220.000.000,00
Despesa Paga:	R\$ 193.000.000,00
Inscrição de Restos a Pagar em 31/12/2016:	R\$ 21.000.000,00
Pagamento de Restos a Pagar:	R\$ 33.000.000,00

Com base nessas informações,

- (A) a variação no saldo em espécie, evidenciada no Balanço Financeiro referente ao exercício financeiro de 2016, foi positiva em R\$ 52.000.000,00.
 - (B) o excesso de arrecadação evidenciado no Balanço Orçamentário referente ao exercício financeiro de 2016, conforme Lei nº 4.320/1964, foi R\$ 17.000.000,00.
 - (C) a despesa realizada evidenciada no Balanço Orçamentário referente ao exercício financeiro de 2016, conforme Lei nº 4.320/1964, foi R\$ 199.000.000,00.
 - (D) a abertura ou a reabertura de créditos adicionais não foram realizadas em 2016.
 - (E) o resultado de execução orçamentária, conforme Lei nº 4.320/1964, evidenciado no Balanço Orçamentário referente ao exercício financeiro de 2016 foi R\$ 31.000.000,00.
49. Com base no método de custeio por absorção, são custos do julgamento de uma ação trabalhista realizado em dezembro de 2016
- (A) material de consumo adquirido e que continuava estocado no final de dezembro de 2016.
 - (B) despesa empenhada com a aquisição de equipamentos de informática.
 - (C) gasto com as horas trabalhadas pelos juizes para o julgamento da ação.
 - (D) serviços terceirizados inscritos em restos a pagar não processados em dezembro de 2016.
 - (E) pagamento de restos a pagar referentes a materiais adquiridos e utilizados em 2015.

50. O empenho em liquidação é o registro contábil de uma etapa intermediária entre os estágios de

- (A) empenho e liquidação.
- (B) inscrição em restos a pagar processados e pagamento.
- (C) liquidação e pagamento.
- (D) lançamento e arrecadação.
- (E) liquidação e reconhecimento no passivo exigível.



51. Considere as transações ocorridas em um Tribunal Regional do Trabalho no exercício financeiro de 2016:
- I. Em 31 de dezembro de 2016, a despesa com a prestação de serviço de instalação de equipamentos foi empenhada, mas o serviço ainda não havia sido executado.
 - II. Em 31 de dezembro de 2016, foi verificada e aceita, pelo Tribunal, a entrega de um lote de material adquirido de um fornecedor, cuja despesa foi empenhada e liquidada em 2016, mas não paga em 2016.
 - III. Em 10 de janeiro de 2016, foi reconhecida a obrigação com um credor, cuja despesa tinha sido empenhada e cancelada no exercício de 2015.

Em decorrência das transações I, II e III, foram registrados no exercício financeiro de 2016, respectivamente,

- (A) Despesas de Exercícios Anteriores, Restos a Pagar não Processados e Restos a Pagar Processados.
 - (B) Despesas de Exercícios Anteriores, Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados.
 - (C) Restos a Pagar Processados, Restos a Pagar não Processados e Despesas de Exercícios Anteriores.
 - (D) Restos a Pagar não Processados, Restos a Pagar Processados e Despesas de Exercícios Anteriores.
 - (E) Restos a Pagar não Processados, Despesas de Exercícios Anteriores e Restos a Pagar Processados.
-
52. Em 01 de janeiro de 2015, um Tribunal Regional do Trabalho adquiriu uma licença, por um período de 3 anos, para a utilização de um *software*, cujo objetivo é melhorar a busca e a análise dos processos judiciais já digitalizados. De acordo com as informações contábeis, este ativo foi registrado por R\$ 390.000,00 no reconhecimento inicial. No final de 2016, após o reconhecimento da amortização referente ao exercício de 2016, o Tribunal constatou que o valor recuperável da licença era R\$ 104.000,00, em virtude da migração dos processos judiciais para outro sistema mais moderno.
- Sabendo que o Tribunal utiliza o método das quotas constantes para apurar a amortização, em 31/12/2016, a licença foi mensurada pelo valor, em reais, de
- (A) 390.000,00.
 - (B) 260.000,00.
 - (C) 130.000,00.
 - (D) 104.000,00.
 - (E) 26.000,00.
-
53. Em 2016, uma entidade governamental ingressou uma ação judicial reivindicando uma indenização no valor de R\$ 1.500.000,00. Dessa forma, a contabilidade dessa entidade, no final do exercício financeiro de 2016,
- (A) reconhecerá no Balanço Patrimonial um ativo contingente no valor de R\$ 1.500.000,00.
 - (B) registrará um passivo contingente no valor de R\$ 1.500.000,00, se a entrada de recursos for considerada provável.
 - (C) registrará uma receita corrente realizada no valor de R\$ 1.500.000,00, se a entrada de recursos for considerada provável.
 - (D) não fará nenhum tipo de registro, mesmo que a entrada de recursos seja certa.
 - (E) poderá registrar a transação, em contas de controle do PCASP, quando a entrada de recursos for considerada provável.

Atenção: Para responder às questões de números 54 e 55, considere as informações abaixo.

Um Tribunal Regional do Trabalho registrou as seguintes transações no exercício financeiro de 2016:

- I. Aumento de dívida a pagar em razão de variação monetária, no valor de R\$ 15.000,00, referente a 2016.
 - II. Reconhecimento da parcela anual da depreciação de um veículo referente a 2016. O valor depreciável do ativo era R\$ 32.500,00 quando foi colocado em uso e o Tribunal utiliza o método das quotas constantes para calcular a depreciação deste ativo, cuja vida útil foi estimada em 5 anos.
 - III. Reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo no valor de R\$ 30.000,00 em 31/12/2016.
 - IV. Empenho, liquidação e pagamento de despesa com material de expediente no valor de R\$ 2.500,00.
 - V. Empenho e liquidação de bens imóveis no valor de R\$ 535.600,00 em 31/12/2016.
 - VI. Recebimento de aluguel de imóveis referente ao exercício financeiro de 2016 no valor de R\$ 105.500,00, cujo direito não havia sido reconhecido no Ativo.
54. A diferença entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, referentes ao exercício financeiro de 2016, foi positiva, em reais,
- (A) 28.000,00
 - (B) 54.000,00
 - (C) 51.500,00
 - (D) 589.600,00
 - (E) 587.100,00



55. São fatos permutativos as transações evidenciadas APENAS em:
- (A) I e V.
 - (B) I e II.
 - (C) III e VI.
 - (D) IV e VI.
 - (E) IV e V.
-
56. Conforme a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, a apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares elaborados para a constituição de processo de contas
- (A) devem abranger a parcialidade da gestão da unidade jurisdicionada.
 - (B) devem, obrigatoriamente, ser encaminhados ao Tribunal pelo órgão de controle interno a que se vincularem.
 - (C) devem ser apresentados ao Tribunal em meio informatizado, conforme orientações contidas em decisão normativa.
 - (D) ficarão disponíveis para livre consulta no Portal do Tribunal na Internet, em até cinquenta dias da data limite para apresentação.
 - (E) são trimestrais e devem abranger a totalidade da gestão da unidade jurisdicionada.
-
57. Sobre a Consolidação das Demonstrações Contábeis, é INCORRETO afirmar que
- (A) a consolidação nacional é de competência da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).
 - (B) a consolidação abrange todas as entidades incluídas no orçamento fiscal e da seguridade social: as esferas de governo, os Poderes e a Administração pública, direta e indireta, incluindo fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.
 - (C) para fins de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, não devem ser excluídas as participações nas empresas estatais dependentes.
 - (D) no setor público brasileiro, a consolidação pode ser feita no âmbito intragovernamental (em cada ente da Federação) ou em âmbito intergovernamental (consolidação nacional).
 - (E) há regras sobre o nível de detalhamento mínimo do Plano de Contas a ser utilizado pelos entes da Federação, a fim de garantir a consolidação das contas nacionais.

Administração Financeira e Orçamentária

58. Sobre os princípios orçamentários, é correto afirmar que o princípio
- (A) do orçamento bruto determina que, na lei orçamentária, deverá existir equilíbrio entre os montantes totais de receitas e despesas.
 - (B) da universalidade estabelece que devem constar na lei orçamentária todas as receitas e todas as despesas.
 - (C) do equilíbrio orçamentário estabelece que tanto as receitas quanto as despesas devem ser apresentadas pelos seus valores totais, sem deduções ou compensações.
 - (D) da anualidade estabelece a inexistência de orçamentos paralelos dentro de uma mesma esfera de governo.
 - (E) da periodicidade estabelece que é vedada a inclusão de assuntos não relacionados à previsão de receita e à fixação de despesas nas leis orçamentárias, isto é, são vedadas as caudas orçamentárias.
-
59. Durante a execução do orçamento público, podem surgir situações em que é necessária a realização de despesas não fixadas na lei orçamentária ou cuja dotação é insuficiente para a realização da despesa. É um exemplo de mecanismos utilizados para alterar o orçamento:
- (A) suprimentos de fundos.
 - (B) despesas de exercícios anteriores.
 - (C) créditos iniciais suplementares.
 - (D) superávit financeiro do exercício corrente.
 - (E) créditos adicionais suplementares.
-
60. Sobre o Orçamento-Programa é INCORRETO afirmar que
- (A) o orçamento é o elo de interação entre o planejamento e as funções executivas da organização.
 - (B) a ênfase está nos meios (o que se compra) e não nas diretrizes, prioridades, objetivos e metas.
 - (C) o controle visa avaliar a eficiência, eficácia e efetividade das ações governamentais.
 - (D) a Lei nº 4.320/1964 contém determinações para a elaboração da Lei Orçamentária Anual que são típicas do Orçamento-Programa.
 - (E) o principal critério de classificação está contido na Portaria STN e MOG nº 42/1999.



61. Sobre Administração Financeira e Orçamentária é correto afirmar que:
- (A) a Lei Orçamentária Anual (LOA) é o elo entre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
 - (B) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), deve dispor, entre outros fatores, sobre os critérios e formas de limitação de empenho.
 - (C) a Lei Orçamentária Anual (LOA) deverá conter os Anexos de Metas e Riscos Fiscais.
 - (D) o Orçamento Fiscal é composto pelas despesas com saúde, previdência social e assistência social vinculadas a entidades e órgãos da administração direta e indireta e a empresas públicas.
 - (E) a abertura de créditos adicionais suplementares fere o princípio orçamentário da exclusividade.

62. Considere:

- I. Operações de crédito e receitas orçamentárias de capital são sinônimos.
- II. O parcelamento de débitos preexistentes junto a instituições não financeiras, mesmo que não aumente a dívida consolidada líquida, e a aquisição financiada de bem são exemplos de operações de crédito.
- III. A dívida assumida pela União de um outro ente da Federação equipara-se a uma operação de crédito.
- IV. A contratação de operação de crédito entre um ente da Federação e uma instituição financeira estatal por ele controlada é permitida.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) III.
- (D) III e IV.
- (E) I, II e IV.

63. O Relatório de Gestão Fiscal

- (A) deverá ser emitido ao final de cada semestre e assinado pelo Presidente do Tribunal, se referente ao Poder Judiciário.
- (B) conterà indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar se ultrapassado o limite com despesa total com pessoal.
- (C) será publicado até noventa dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.
- (D) será composto pelo balanço orçamentário e demonstrativos da execução da receita e despesa orçamentária e extraorçamentária.
- (E) será acompanhado de demonstrativos da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.

64. Em junho de 2016, após a verificação da existência de superávit financeiro do exercício anterior, o qual não havia créditos adicionais e operações de crédito a ele vinculados, o Chefe do Poder Executivo de um determinado Estado resolveu adquirir uma frota de veículos para ser utilizada em programas de segurança pública. Entretanto, em junho de 2016, o saldo da dotação disponível para despesa com Equipamentos e Material Permanente não era suficiente para realizar a aquisição da frota de veículos. Dessa forma, para a realização da despesa foi necessária a abertura de crédito adicional

- (A) extraordinário, o que provocou lançamentos contábeis de natureza orçamentária e patrimonial.
- (B) especial, o que provocou um lançamento contábil de natureza orçamentária.
- (C) suplementar, o que provocou lançamentos contábeis de natureza orçamentária e patrimonial.
- (D) suplementar, o que provocou um lançamento contábil de natureza orçamentária.
- (E) especial, o que provocou lançamentos contábeis de natureza orçamentária e patrimonial.

65. De acordo com a Lei nº 8.443/1992, ao julgar as contas, o Tribunal de Contas da União decidirá se estas são regulares, regulares com ressalva ou irregulares. As contas serão julgadas regulares com ressalvas quando

- (A) comprovado dano ao Erário decorrente de ato de gestão ilegítimo.
- (B) expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável.
- (C) comprovado desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.
- (D) evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao Erário.
- (E) comprovada prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico, ou infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial.

**Auditoria**

66. Na execução dos testes de observância, o auditor interno deve adotar os seguintes procedimentos, conforme a Resolução CFC nº 986/03:
- (A) leitura, compreensão, avaliação e conclusão.
 - (B) definição, interpretação, descrição e explanação.
 - (C) inspeção, observação e investigação e confirmação.
 - (D) visitação, contagem, comprovação e relatoria.
 - (E) conversação, descrição, avaliação e análise.
-
67. Obter confirmação dos saldos e transações de contas em análise, por pessoa alheia e independente é um procedimento de auditoria conhecido por
- (A) Inspeção.
 - (B) Participação.
 - (C) Avaliação.
 - (D) Circularização.
 - (E) Conferência.
-
68. É finalidade da Auditoria Interna, conforme a Resolução CFC nº 986/03:
- (A) agregar valor ao resultado da organização.
 - (B) evidenciar as fraudes ocorridas na gestão da organização.
 - (C) apontar problemas de gestão na formação do resultado econômico.
 - (D) identificar os erros estratégicos na gestão da organização.
 - (E) mostrar níveis de desempenho da organização.
-
69. Considere as afirmativas abaixo sobre amostragem em auditoria.
- I. Amostragem de auditoria é a aplicação de procedimentos de auditoria sobre uma parte da totalidade dos itens que compõem o saldo de uma conta ou classe de transações.
 - II. Ao usar o método de amostragem estatística, ou não, deve ser projetada e selecionada uma mostra que possa proporcionar evidência de auditoria suficiente e apropriada.
 - III. A amostra selecionada pelo auditor deve ter uma relação direta com o volume de transações realizadas, como também com os efeitos da avaliação patrimonial e financeira e o resultado por ela obtido no período.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e III, apenas.
 - (B) II e III, apenas.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) III, apenas.
-
70. De acordo com a NBC TA 240 (R1), no contexto da auditoria de demonstrações contábeis, a responsabilidade do auditor em relação à fraude é EXCETO:
- (A) O ceticismo profissional é um dos requisitos para o trabalho de auditoria considerando o potencial de burlar os controles pela administração, e de reconhecer o fato de que procedimentos de auditoria eficazes na detecção de erros podem não ser eficazes na detecção de fraude.
 - (B) A discussão entre os membros da equipe de trabalho para determinar os assuntos que devem ser comunicados aos membros da equipe, deve enfatizar especialmente como e em que pontos as demonstrações contábeis da entidade são suscetíveis de distorção relevante decorrente de fraude, inclusive como a fraude pode ocorrer.
 - (C) Na identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante decorrente de fraude, o auditor deve, com base na presunção de que há riscos de fraude no reconhecimento de receitas, avaliar que tipos de receita, operações ou afirmações de receita geram esses riscos.
 - (D) O auditor deve determinar se, para responder aos riscos identificados da administração vir a burlar os controles, precisa aplicar outros procedimentos de quando há riscos adicionais específicos de que a administração possa burlar os controles não cobertos pelos procedimentos já aplicados.
 - (E) Nos casos em que o auditor identifique a ocorrência de fraudes ou obtido informações que indiquem a possibilidade de fraude, o auditor deve, exclusivamente, comunicar estes assuntos de maneira formal ao principal da entidade, desde que este não seja o responsável pela governança.